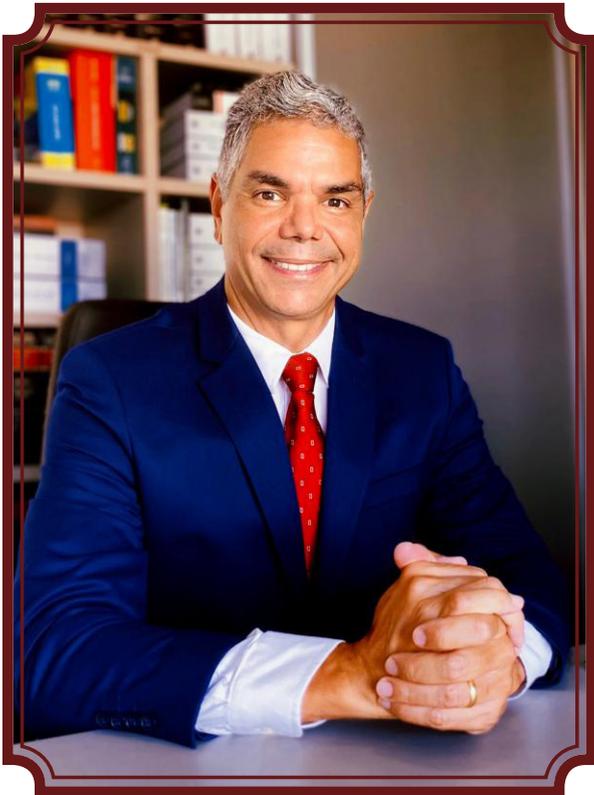


Editorial



Por **VANDO DA SILVA MARQUES**

Promotor de Justiça

Editor-chefe

Prezados leitores,

Nesta edição, a Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí reafirma seu compromisso com a excelência na produção científica. Indubitavelmente, esta edição representa um marco no aprimoramento do rigor acadêmico na seleção de artigos. Registramos um recorde de 29 submissões, provenientes de diversas regiões do País, das quais apenas 11 foram aprovadas para publicação, evidenciando o alto critério de avaliação.

A partir desta edição, a Revista publicará exclusivamente artigos científicos inéditos, em atendimento à nova exigência de originalidade estabelecida em nosso regulamento. Além disso, a titulação mínima de Especialista para os autores tornou-se obrigatória, um verdadeiro divisor de águas nesta edição. Contudo, autores com graduação poderão submeter seus trabalhos desde que em coautoria com Mestre ou Doutor, sendo vedada a participação de graduandos.

É importante destacar que essas significativas alterações nas regras de submissão são parte da adaptação da Revista às novas exigências do sistema Qualis Periódicos da CAPES (Qualis 2025-2028). Este sistema adotará novos parâmetros de avaliação que focam não apenas na qualificação do periódico, mas especialmente na avaliação individualizada do artigo publicado. Essa nova abordagem valoriza a inovação da contribuição acadêmica e o impacto que cada trabalho produz no campo científico, utilizando-se de critérios mais abrangentes, como citações, downloads, menções em redes sociais e a análise qualitativa do artigo.

Em consonância com essas novas exigências regulamentares, houve a seleção de 11 notáveis manuscritos para esta 7ª edição, que abordam diversos temas relevantes para o Ministério Público, tais como: Combate à corrupção institucional (Caso INSS); Falta de regulamentação do uso de Inteligência Artificial na segurança pública; Protagonismo da vítima no Tribunal do Júri; Justificação da pena sob a ótica de Hart; Integração e eficácia de políticas públicas no combate às facções criminosas; Representação do direito pela literatura de Clarice Lispector; Direito à

cidade, sustentabilidade e meio ambiente; Extrafiscalidade e energia solar no Brasil; Domicílio eleitoral e a jurisprudência do TSE; Atuação do MP na ressocialização do sistema penitenciário; Psicologia no âmbito do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

Assim, a Revista cumpre seu papel de enriquecer a produção acadêmica em temas sensíveis e relevantes para o Ministério Público brasileiro, artigos que, certamente, contribuirão para a busca de soluções mais eficazes para os conflitos sociais que demandam a atuação do Parquet.

Registre-se, outrossim, que o próximo objetivo da Revista é sua indexação em bases de dados de prestígio, como Google Acadêmico, SciELO, Latindex, Diadorim, Sumários, entre outros. Isso visa aumentar a visibilidade e o impacto do nosso periódico, e conseqüentemente, sua difusão nos meios jurídico e acadêmico.

Nesta edição, faço um agradecimento especial aos Conselheiros Editoriais por suas participações ativas e cruciais nas reuniões, que viabilizaram as mudanças de rumo da Revista e a implementação do novo normativo para as submissões, tornando-a ainda mais séria e comprometida com a produção acadêmica de referência.

Igualmente, homenageio nosso seletto corpo de Pareceristas que, de forma valiosa e criteriosa, tem contribuído significativamente na seleção dos melhores trabalhos para publicação, o que nos coloca em posição de destaque entre as melhores revistas brasileiras dedicadas a temas do Ministério Público.

Por fim, consigno o devido reconhecimento aos autores, rendendo-lhes os meus sinceros agradecimentos, sem eles nada disso aconteceria.

Desejo a todos uma prazerosa leitura dos trabalhos escolhidos para esta edição.